

# **MANIFESTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

**Eleições 2026**

*As pautas prioritárias do varejo para 2027-2030*

## SUMÁRIO

|                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO .....                                                             | 3  |
| CARTA COMPROMISSO .....                                                        | 4  |
| 1. REFORMA ADMINISTRATIVA, EFICIÊNCIA DO ESTADO E COMBATE AO CUSTO BRASIL..... | 5  |
| 2. INTEGRIDADE DA GESTÃO PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO .....                   | 5  |
| 3. SEGURANÇA JURÍDICA GERAL E ESTABILIDADE DE REGRAS .....                     | 6  |
| 4. CADEIAS PRODUTIVAS RESILIENTES.....                                         | 6  |
| 5. INCENTIVO E APOIO AO COMÉRCIO LOCAL E REGIONALIZAÇÃO .....                  | 6  |
| 6. EMPREENDEDORISMO FEMININO.....                                              | 7  |
| 7. SISTEMA TRIBUTÁRIO .....                                                    | 8  |
| 8. RELAÇÕES DE TRABALHO .....                                                  | 9  |
| 9. CRÉDITO E FINANCIAMENTO .....                                               | 10 |
| 10. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO VAREJO .....                                      | 11 |
| 11. ESG E SUSTENTABILIDADE .....                                               | 12 |
| 12. SEGURANÇA PÚBLICA, CRIMES FÍSICOS E CIBERNÉTICOS .....                     | 13 |
| 13. INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO URBANO .....                   | 15 |
| 14. DIGITALIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO .....                          | 16 |

## APRESENTAÇÃO

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS) congrega as maiores representações organizadas e de livre adesão do setor, presentes em todo o território nacional. Tem como objetivo primordial defender os interesses dos setores de comércio e serviços, contribuindo para o debate, para o intercâmbio de ideias e para o fortalecimento dos segmentos que, juntos, representam 73,31% do PIB do setor. Detentor de 57% dos postos de trabalho no Brasil, o setor é o maior gerador de empregos e de renda do país, oferecendo oportunidades a todos os brasileiros, desde o ingresso no mercado de trabalho com o primeiro emprego. Além disso, conta com 77% dos estabelecimentos ativos no país, por meio dos quais se relaciona com cerca de 190 milhões de cidadãos brasileiros.

Perante os órgãos governamentais, o Congresso Nacional, a indústria e toda a sociedade, a UNECS é a voz do setor, representando-o em pleitos tributários, trabalhistas, econômicos, de infraestrutura, de empreendedorismo e outros, buscando não apenas a melhoria do ambiente de negócios no país, mas também a eficiência e a competitividade para toda a cadeia nacional de abastecimento.

Apesar de conquistas recentes — como a aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, a permanência do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), os efeitos significativos da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), a adoção de medidas de inclusão, equidade de gênero e fomento ao empreendedorismo feminino, os avanços no desenvolvimento sustentável e na digitalização dos serviços públicos e o maior acesso a novas tecnologias, como a Inteligência Artificial —, é preciso ampliar a percepção, entre os agentes políticos e a população em geral, da relevância econômica e social do varejo como força motriz da economia brasileira.

Agora, com a aproximação das eleições, é chegada a hora de voltar a debater as melhores propostas para o país. A UNECS entende que nenhuma transformação estrutural estará completa sem que a voz do setor de Comércio e Serviços seja ouvida. Pela importância do setor que representa, suas entidades precisam tomar a iniciativa de, em suas localidades, firmar compromissos com os candidatos sobre os temas prioritários do varejo — sejam eles postulantes às Assembleias Legislativas, à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal. Da mesma forma, é preciso apresentar e dialogar sobre as demandas empresariais com candidatos a governador e a presidente da República.

Esse é o propósito da nossa carta de compromisso: documento que expressa as principais demandas de milhões de empresários que acreditam no empreendedorismo como fator de geração de empregos formais e de renda para a sociedade, e que esperam do poder público ações efetivas para a melhoria do ambiente de negócios no país.

## **CARTA COMPROMISSO**

A partir de ampla consulta nacional ao seu ecossistema, composto por lideranças empresariais, e de sua consolidada atuação e relacionamento institucional e governamental, a UNECS atualizou sua agenda estratégica e definiu 14 temas prioritários para o desenvolvimento do varejo no Brasil.

O Manifesto do Varejo 2026 aborda as pautas tradicionais e novos temas, incorporando a visão estratégica de um setor que anseia por um Estado mais moderno, ético, justo e previsível. Ao adotar essas propostas, o próximo governo e o Congresso Nacional demonstrarão compromisso real com a transformação do ambiente de negócios no Brasil. A UNECS está pronta para dialogar e colaborar com a construção de um futuro em que o varejo seja não apenas um motor econômico, mas um protagonista na edificação de uma sociedade mais próspera e equilibrada para todos.

Com base nesses 14 temas, apresentamos sugestões para que vossa senhoria assuma o compromisso de tê-las como bandeiras de seu mandato e, assim, apoie a melhoria do ambiente de negócios no país, especialmente para o varejo.

Certos de que o desenvolvimento do país passa pela união de esforços, pelo respeito às diferenças e pelo reconhecimento das instituições e estruturas econômicas que promovem o emprego e a renda, contamos com seu apoio.

## **1. REFORMA ADMINISTRATIVA, EFICIÊNCIA DO ESTADO E COMBATE AO CUSTO BRASIL**

- Promover uma profunda reforma administrativa voltada à eficiência do Estado, à redução da máquina pública e ao combate sistêmico ao “Custo Brasil”, incluindo a modernização da gestão e das carreiras públicas com foco em resultados, a digitalização inteligente e a racionalização de despesas.
- Um Estado mais enxuto, ágil e eficiente é um Estado que libera recursos, simplifica processos, promove a liberdade econômica e reduz a carga sobre o setor produtivo.
- **Pauta em tramitação:** PEC nº 32/2020, com parecer aprovado na Comissão Especial sobre a Reforma Administrativa e pronta para o Plenário da Câmara dos Deputados.

*A reforma administrativa é um pilar transversal que impacta diretamente a tributação, as relações de trabalho, a desburocratização e a infraestrutura, criando um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e à atração de investimentos.*

## **2. INTEGRIDADE DA GESTÃO PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

- Promover a integridade política em todas as instâncias do poder público e fortalecer a agenda de combate à corrupção. Isso inclui a valorização da ética na gestão pública, a transparência nas relações com o setor privado e o cumprimento rigoroso da legislação anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).
- Compromisso com o debate técnico das proposições legislativas e os impactos reais das políticas públicas sobre a sociedade. No Brasil, às vésperas das eleições, a política frequentemente se sobrepõe à razão, e os custos de decisões de curto prazo são ignorados, prejudicando as políticas de Estado e favorecendo medidas eleitoreiras.

*A corrupção desvia recursos que poderiam ser investidos em infraestrutura, educação e segurança, além de gerar concorrência desleal e minar a confiança no sistema. Uma gestão pública e um ambiente político íntegro, com garantia do debate democrático e republicano, é fundamental para a construção de uma sociedade e de um mercado justos e equitativos.*

### **3. SEGURANÇA JURÍDICA GERAL E ESTABILIDADE DE REGRAS**

- Assegurar previsibilidade, clareza e estabilidade das legislações em todas as esferas (tributária, trabalhista, regulatória e de consumo), reduzindo mudanças abruptas e interpretações dúbias.
- Adotar mecanismo de avaliação de impacto regulatório para a edição de novas normas.

*A incerteza regulatória é um dos maiores inibidores de investimento e crescimento. Um ambiente de segurança jurídica garante que o setor produtivo possa planejar, investir e inovar com confiança, sem o risco constante de alterações e sanções desproporcionais que comprometam a viabilidade dos negócios.*

### **4. CADEIAS PRODUTIVAS RESILIENTES**

- Fomentar políticas voltadas à construção de cadeias produtivas mais robustas e resilientes no Brasil, com incentivos à produção nacional, redução da dependência de importações em setores estratégicos e investimentos em infraestrutura que protejam o abastecimento de choques climáticos e crises globais.
- Esperam-se impactos positivos nas cadeias de suprimentos do varejo nacional a partir da implementação da Nova Indústria Brasil (Decreto nº 12.023/2024), que tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033.

*A pandemia e os conflitos globais demonstraram a fragilidade das cadeias de suprimentos. Investir em resiliência significa garantir o abastecimento, a segurança econômica e a capacidade de resposta do varejo a cenários adversos.*

### **5. INCENTIVO E APOIO AO COMÉRCIO LOCAL E REGIONALIZAÇÃO**

- Fortalecer políticas públicas que incentivem o comércio local e a regionalização das cadeias de valor, a exemplo das campanhas de conscientização que contam com o apoio do Sebrae — “Compre do pequeno! Compre local!”.
- Priorizar empresas locais nas compras governamentais e desenvolver programas de apoio ao desenvolvimento econômico regional.

*O comércio local é o coração das cidades, gerando empregos, renda e identidade. Incentivá-lo significa fortalecer a economia de base, criar um ciclo virtuoso de consumo e produção e garantir a vitalidade dos centros urbanos.*

## 6. EMPREENDEDORISMO FEMININO

- Fomentar a formalização de empresas geridas por mulheres e garantir programas permanentes de capacitação em gestão, inovação, finanças e liderança feminina, adaptados às necessidades específicas do setor e com foco em ferramentas práticas para o dia a dia do negócio.
- Reconhecer a estrutura de apoio social, de segurança e de saúde à mulher empreendedora como elemento essencial ao desenvolvimento econômico, uma vez que a ausência dessas condições impacta diretamente a igualdade de oportunidades e o crescimento sustentável do país — a exemplo do direcionamento de orçamento público e da adoção de medidas como a Lei nº 14.457/2022 (Programa Emprega + Mulheres).
- Ampliar o acesso ao crédito para mulheres empreendedoras, especialmente micro e pequenas empresárias, com condições mais flexíveis, taxas de juros reduzidas e garantias adaptadas à sua realidade — o Programa Acredita, lançado em 2024, é referência ao passar a considerar 50% do faturamento de empresas lideradas por mulheres.
- Desenvolver políticas públicas que apoiem a maternidade empreendedora, reconhecendo os desafios e oferecendo soluções para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.
- Fortalecer a rede de apoio, com a ampliação da oferta de creches públicas em horários compatíveis com a realidade do comércio e dos serviços e próximas a centros comerciais e polos empresariais, conferindo às mães empreendedoras tranquilidade para conciliar a maternidade com o empreendedorismo.
- Promover ambientes empresariais mais seguros, inclusivos e livres de qualquer forma de discriminação, garantindo que as mulheres empreendedoras possam atuar com respeito e equidade.
- Incentivar a formação de redes de conexão e mentoria entre mulheres empreendedoras, criando um ecossistema de apoio mútuo e troca de experiências.
- Apoiar e expandir iniciativas como a CDL Mulher e os Conselhos da Mulher Empreendedora, ampliando sua atuação em todo o território nacional para que se tornem polos de conexão, capacitação e desenvolvimento de lideranças femininas.

*Fortalecer a participação feminina no varejo é fortalecer a economia brasileira. É fundamental que políticas públicas e iniciativas institucionais avancem no sentido de criar condições reais para que mais mulheres empreendam, cresçam e liderem.*

## 7. SISTEMA TRIBUTÁRIO

*A UNECS reconhece a aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, após quase 40 anos de debates, com foco na unificação de tributos por meio da criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que busca encerrar a guerra fiscal entre os estados pela tributação no destino e harmonizar as diferenças de alíquotas mediante acordos com as governanças estaduais e municipais. Diante disso, a UNECS entende que as medidas em fase de transição e regulamentação devem garantir:*

- **Redução da carga tributária:** diminuição efetiva da carga tributária sobre o setor, preservando a competitividade e evitando a majoração de alíquotas já elevadas.
- **Simplificação e desburocratização:** um sistema tributário verdadeiramente simples, com regras claras, estáveis e menor volume de obrigações acessórias, liberando recursos e tempo para o crescimento dos negócios.
- **Isonomia e tratamento equitativo:** condições de concorrência justas para todos, combatendo a guerra fiscal e o tratamento desigual entre o varejo nacional e o comércio eletrônico internacional com produtos importados, a exemplo da tributação das importações de até 50 dólares.
- **Fortalecimento e ajuste do Simples Nacional:** garantir sua preservação, a segregação de faturamento por CNPJ de um mesmo CPF e o crédito presumido da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), bem como a correção de valores e o aumento dos limites do regime, vitais para a sobrevivência, o investimento, a competitividade e o crescimento dos micro e pequenos negócios. **Pauta em tramitação:** PLP nº 108/2021, em análise pela Comissão Especial na Câmara dos Deputados.
- **Atualização dos limites dos regimes tributários simplificados (Simples Nacional e Lucro Presumido):** corrigir a defasagem dos tetos de enquadramento, agravada pela inflação acumulada e pelo aumento dos custos operacionais, de modo que o crescimento meramente nominal do faturamento não force micro, pequenas e médias empresas a migrar para regimes mais complexos e onerosos. A medida preserva a competitividade, estimula a formalização, assegura previsibilidade tributária e evita que a tributação se torne um obstáculo à expansão dos negócios.
- **Ajustes na Lei nº 15.270/2025:** revisão da regulamentação da tributação sobre renda e dividendos, para mitigar impactos negativos e afastar a oneração das MPes.
- **Split payment gradual:** implementação escalonada do *split payment*, divisão automática do recolhimento tributário instituída pela reforma tributária, com testes iniciais para grandes redes, evitando impactos operacionais negativos aos pequenos varejistas.
- **Regime contábil diferenciado para entidades sem fins lucrativos:** regime específico no IBS e na CBS, com isenção de alíquotas para as atividades próprias dessas entidades, reconhecendo sua função institucional e garantindo sua sustentabilidade.



- Correção de distorção gerada pela Lei Complementar nº 224/2025, assegurando que entidades sem fins lucrativos mantenham 100% de seus benefícios tributários federais, como a isenção de IRPJ, CSLL e COFINS. **Pauta em tramitação:** PLP nº 11/2026, aprovado pelo Plenário do Senado e aguardando análise da Câmara dos Deputados.

*A UNECS tem a responsabilidade de ser a voz ativa que traduz as angústias e as esperanças de milhões de empreendedores brasileiros. O Manifesto do Varejo para as eleições gerais de 2026 defende um sistema tributário que não seja um entrave, mas um catalisador do desenvolvimento, com menos burocracia, mais justiça fiscal, mais isonomia e segurança jurídica. É a partir dessas premissas que se constrói um ambiente de negócios mais competitivo, capaz de gerar mais empregos e renda para o Brasil.*

## 8. RELAÇÕES DE TRABALHO

*Nos últimos anos, o setor produtivo manteve-se na defensiva diante de tentativas de retrocesso em relação à Reforma Trabalhista de 2017. A UNECS entende que a legislação trabalhista deve ser compreendida como instrumento de permanente melhoria e adequação à realidade da economia e do mercado de trabalho, de forma a combater a informalidade, criar novas formas de contratação e trazer segurança jurídica a empresas e trabalhadores. Assim, sugerimos as seguintes medidas:*

- Desoneração da folha de pagamento para o varejo, aliviando os custos trabalhistas e incentivando a formalização e a contratação.
- Flexibilização das normas trabalhistas que permita maior adaptabilidade aos modelos de trabalho, facilitando contratações (regime horista, tempo parcial, intermitente e remoto) e horários de funcionamento, como o trabalho em feriados por acordo individual, especialmente para o comércio em geral.
- Regras mais claras e previsíveis, com garantia de que a Reforma Trabalhista de 2017 seja mantida e aprimorada, e não desmantelada.
- Aprimoramento da segurança jurídica, com a implementação de mecanismos que reduzam a litigiosidade, como a criação de um Conselho de Recursos Administrativos do Trabalho para análise e julgamento de recursos oriundos de autos de infração da legislação trabalhista.
- **Jornada de trabalho 6x1:** a UNECS é contrária a uma votação açodada do fim da escala 6x1 sem que haja compensações e contrapartidas para o setor produtivo. Há um impacto financeiro e operacional ignorado no debate público, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Apontam-se como alternativas mais realistas propostas flexíveis, como a remuneração conforme as horas trabalhadas e a previsão de dois dias de folga — um deles considerado “Descanso Semanal Remunerado”, preferencialmente aos domingos, e o outro “dia útil não trabalhado”, de livre negociação conforme a necessidade do trabalhador e do funcionamento dos estabelecimentos nos dias e horários diferenciados em que o consumidor mais precisa.

**Pauta em tramitação:** PEC 12/2026, apresentada no Senado Federal e PEC 40/2025, apresentada na Câmara dos Deputados.

- Apoio à capacitação e à qualificação da mão de obra, com políticas públicas que invistam na formação dos trabalhadores, alinhando habilidades às demandas do mercado de trabalho e das regiões.
- Revisão do assistencialismo que desincentiva o trabalho formal e gera escassez de mão de obra, avaliando os programas sociais e os critérios de acesso aos benefícios para que não desestimulem a busca por empregos formais, incentivando a formalização dos beneficiários.
- Regulação da economia de plataformas, de modo a evitar a concorrência desleal com o emprego formal e com os pequenos negócios. Para o setor de comércio e serviços — porta de entrada para o trabalho formal no país — a economia de “bicos” em plataformas é um problema de médio a grande impacto na retenção de mão de obra formal.

*A modernização das relações de trabalho não é apenas uma demanda do setor produtivo, mas uma necessidade estratégica para o Brasil. Ao reduzir custos, ampliar a flexibilidade, garantir segurança jurídica e qualificar a mão de obra, o próximo governo permitirá que o varejo floresça, gerando mais empregos de qualidade, elevando a produtividade e contribuindo decisivamente para a competitividade e o crescimento econômico do país.*

## 9. CRÉDITO E FINANCIAMENTO

*O crédito e o financiamento para o consumo de bens e serviços são pontos centrais no desenvolvimento do ambiente de negócios, especialmente para os micro e pequenos empresários.*

*A UNECS tem alertado sobre o elevado índice de inadimplência no Brasil, reconhece as medidas adotadas nos últimos anos para o fortalecimento do PRONAMPE permanente e segue buscando o comprometimento dos Poderes Legislativo e Executivo com o fortalecimento da educação financeira no país e que os bancos públicos e os privados sejam regidos com políticas de crédito e financiamento acessíveis e desburocratizadas — com taxas, carências e parcelamentos diferenciados às MPes. Assim, sugerem-se as seguintes medidas:*

- **Redução estrutural das taxas de juros:** adotar políticas macroeconômicas que permitam a queda sustentável da taxa Selic.
- **Controle dos gastos públicos:** conduzir a política fiscal com responsabilidade, como meio fundamental para controlar a inflação e permitir a redução dos juros no longo prazo.
- **Fortalecimento das garantias:** ampliar a capilaridade dos fundos garantidores e fomentar novas formas de garantia, como estoque e recebíveis, reduzindo o risco das instituições financeiras e facilitando o acesso ao crédito sem exigência excessiva de garantias reais.

- **Desburocratização do acesso ao crédito:** implementar um portal único e simplificado para a solicitação de crédito subsidiado, com processos ágeis, digitais e menores exigências documentais, reduzindo o tempo entre a solicitação e a liberação.
- **Melhoria contínua dos programas de subsídio de juros:** a exemplo do PRONAMPE às MPes, é preciso garantir taxas e prazos condizentes com a capacidade de pagamento das pequenas empresas.
- **Democratização e inclusão financeira:** assegurar que os programas de crédito cheguem a todos os portes de empresa, com foco nas MPes e nos MEIs, acompanhados de consultoria financeira (Sebrae) para garantir o uso eficiente dos recursos.
- **Isonomia de tratamento:** garantir que o setor de comércio e serviços receba o mesmo reconhecimento e as mesmas condições de acesso ao crédito e incentivos concedidos a outros setores estratégicos da economia.
- **Fomento à inovação financeira:** por meio do uso de tecnologias e da atuação de cooperativas de crédito, fintechs, Sociedades de Crédito Direto (SCDs) e Empresas Simples de Crédito (ESCs) — que operam de forma mais ágil e desburocratizada do que os bancos tradicionais —, ampliando a oferta de crédito, estimulando a concorrência e tornando o sistema financeiro mais eficiente e acessível aos negócios.
- Fomento ao cadastro positivo e aos bons pagadores, à educação financeira e a adoção de medidas que apoiem as famílias e os empreendedores na renegociação de dívidas e na redução da inadimplência, que compromete o poder de compra, o acesso ao crédito, o consumo e a subsistência.
- Garantir que as políticas de crédito setoriais compartilhem as informações creditícias com os birôs de crédito devidamente constituídos para essa finalidade, pois possuem governança robusta e cumprem função social na recuperação e na democratização do crédito, permitindo tanto a autoconsulta pelos próprios consumidores — titulares dos dados — quanto a análise pelos credores de forma segura e com garantia de privacidade, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 LGPD).

*O acesso ao crédito precisa ser simplificado e democratizado; a concessão é necessária a quem gera emprego e movimenta a economia. Ao implementar essas medidas, o próximo governo não apenas ampliará o acesso a recursos, mas injetará confiança no varejo, permitindo que os empreendedores invistam, inovem e contribuam plenamente para um Brasil mais próspero e com mais oportunidades para todos.*

## 10. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO VAREJO

*O avanço tecnológico, as mudanças nos hábitos do consumidor e as novas formas de varejo digital exigem políticas públicas de incentivo à inovação. A todo momento surgem novas maneiras de transformar a experiência do consumidor com o uso da tecnologia, e a inovação consolida-se, mais do*

*que nunca, como diferencial competitivo entre empresas e países. A UNECS entende a necessidade de fortalecer o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Fórum do Setor de Comércio e Serviços, bem como de aprimorar a Estratégia Nacional de Inovação, de modo a inserir o setor nos eixos e diretrizes definidos na Política Nacional de Inovação.*

- Aumentar a acessibilidade das tecnologias por meio de inclusão digital menos custosa, prática e segura. Levantamento da UNECS sobre a adoção tecnológica do setor mostra que meios de pagamento digitais/PIX e as lojas virtuais/marketplaces já são amplamente utilizados, enquanto a IA generativa ainda se encontra em fase de exploração na maioria das empresas.
- Criar um “Programa Nacional Varejo 4.0” de fomento à capacitação e à educação tecnológica, com programas robustos de qualificação gerencial e técnica para empresários e colaboradores, focados no uso prático de tecnologias digitais, comércio eletrônico, análise de dados e Inteligência Artificial no varejo.
- Desburocratizar e criar ecossistemas de inovação, simplificando processos para a adoção de tecnologias e estimulando a criação de ambientes de inovação aberta que aproximem varejistas de startups, universidades e fornecedores de tecnologia acessíveis. Após a aprovação do Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), é fundamental a sua revisão para destravar investimentos e reduzir a burocracia.
- Regulamentação coesa e inclusiva para a Inteligência Artificial (PL nº 2.338/2023): estabelecer regras claras para o uso de IA garantindo segurança jurídica, proteção ao consumidor e endereçando as preocupações com segurança de dados e transição do mercado de trabalho, mas sem travar a inovação, o desenvolvimento e as aplicações tecnológicas no setor produtivo.
- Apoio às entidades de classe, fortalecendo parcerias com entidades representativas para a disseminação de informações, a organização de eventos e a criação de programas de apoio à inovação aderentes às demandas reais do setor.

*A inovação deve ser uma ferramenta acessível e democrática de crescimento para todo o varejo. O próximo governo tem a chance de catalisar essa transformação, investindo em políticas que resolvam os desafios financeiros e de conhecimento, promovendo um ambiente favorável para que os empreendedores possam não apenas adotar as tecnologias existentes, mas também liderar a próxima onda de inovação.*

## **11. ESG E SUSTENTABILIDADE**

*A UNECS reconhece os avanços recentes em Governança Ambiental, Social e Corporativa, conceito internacionalmente conhecido pela sigla ESG (Environmental, Social and Governance), como a inserção da economia verde e da transição energética entre as prioridades do governo federal, a realização da COP 30 e o compromisso estratégico com o Pacote de Belém/PA. Houve, ainda, avanços na regulamentação do mercado de carbono brasileiro, no financiamento verde e nas exigências regulatórias para as cadeias de valor do varejo relacionadas a logística, à energia, à gestão de resíduos*

*e aos fornecedores, bem como na ampliação de programas federais de responsabilidade social, inclusão e diversidade. A visão da UNECS é a de que os agentes públicos devem permanecer conectados ao tema, aplicando seus conceitos em todas as iniciativas; alerta, contudo, que o assunto ainda é pouco conhecido e distante do empresariado na ponta, e defende ações sobre economia circular e logística sustentável nas cadeias de valor do comércio e serviços:*

- Desenvolver programas de capacitação básica aos micro e pequenos varejistas e colaboradores, antes de propor obrigações ou certificações, conscientizando sobre os princípios e benefícios do ESG e demonstrando como aplicar essas práticas com foco em soluções de baixo custo e alto impacto.
- Implementar incentivos fiscais e linhas de crédito subsidiadas para a adoção de tecnologias de eficiência energética e fontes renováveis, como a solar.
- Implementar políticas de equidade energética: a título de exemplo, o estado de Rondônia possui a energia mais cara do país apesar de abrigar grandes usinas hidrelétricas, configurando injustiça tarifária regional que demanda atenção.
- Simplificar e desburocratizar o acesso ao Mercado Livre de Energia para pequenas e médias empresas, permitindo a negociação de preços mais competitivos.
- Criar incentivos fiscais e linhas de crédito acessíveis para a implementação de práticas de gestão de resíduos e logística reversa, com regulamentações viáveis à realidade das MPes.
- Defender medidas que promovam o fortalecimento da governança, da ética e da transparência, com canais seguros de denúncia e combate à informalidade.
- Oferecer orientação sobre as melhores práticas em condições de trabalho, inclusão e diversidade, promovendo a segurança jurídica nas relações.

*A sustentabilidade é um investimento estratégico. Ao apoiar o varejo em sua jornada ESG, o poder público não apenas contribui para um Brasil mais verde e justo, mas também fortalece a competitividade e a resiliência de um setor vital para a economia.*

## **12. SEGURANÇA PÚBLICA, CRIMES FÍSICOS E CIBERNÉTICOS**

*O crime e a violência têm origem em diversos fatores, mas as consequências do estado de insegurança afetam, invariavelmente, o mesmo setor: o de Comércio e Serviços — seja pela vulnerabilidade física de clientes e empresários, seja pelos efeitos destrutivos de práticas como o comércio e as apostas ilegais sobre as pessoas, as empresas e as contas públicas. Com o avanço da digitalização dos negócios, surgem novas modalidades, como os cibercrimes. A UNECS defende ações articuladas entre União, Estados e Municípios no combate à violência e às práticas ilegais de comércio que correm à margem do interesse público, muitas vezes travestidas de “e-commerce” e alimentando crimes como roubo de dados, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação e corrupção. São sugeridas as seguintes propostas:*

- **Segurança física:** maior efetivo e policiamento ostensivo, priorizando a presença policial em áreas comerciais e centros urbanos para a prevenção e a resposta rápida a roubos, furtos e vandalismo.
- **Investimento em segurança urbana:** ampliar o investimento público em infraestrutura de segurança, como videomonitoramento inteligente e iluminação pública, contribuindo para a zeladoria e a vitalidade das áreas comerciais.
- **Segurança nas estradas e áreas de distribuição:** fortalecer a segurança nas rotas de transporte e nas áreas de armazenagem para prevenir e combater o roubo de cargas, garantindo a integridade dos trabalhadores e das mercadorias.
- **Combate ao comércio ilegal (físico e on-line):** intensificar a fiscalização e o combate ao contrabando e à pirataria em feiras ilegais, marketplaces e plataformas de venda de produtos irregulares, em fronteiras e portos, garantindo isonomia competitiva ao varejo formal.
- Campanhas de conscientização sobre os riscos da compra em plataformas ilegais e sobre a importância do varejo formalizado para a economia.
- Combate às apostas ilegais, que prejudicam a saúde mental, consomem o poder de compra da população e sustentam a criminalidade e a lavagem de dinheiro.
- **Cibersegurança:** prevenção, capacitação e estrutura para desenvolver e fortalecer políticas públicas que incluam campanhas de conscientização e de boas práticas digitais para consumidores e MPEs, como autenticação de dois fatores, backups e antivírus corporativos.
- **Estratégia nacional de cibersegurança:** envolver órgãos reguladores e entidades empresariais na prevenção, no monitoramento e na resposta a ataques cibernéticos, com estruturas policiais especializadas.
- **Combate a fraudes:** ações de prevenção e combate a fraudes em cartão de crédito, PIX e demais meios de pagamento, além do roubo de informações e dados de clientes.
- **Articulação entre forças de segurança:** promover a integração entre polícias, Ministério Público e Judiciário e entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), para uma resposta coordenada e célere à criminalidade.
- Garantir a participação das entidades representativas do varejo nos Conselhos e Fóruns de Segurança Pública, para que a voz do setor seja ouvida e suas demandas atendidas.

*A segurança é um investimento essencial ao desenvolvimento social e econômico. O próximo governo tem o dever de assegurar um ambiente seguro, no qual os empreendedores possam trabalhar e investir sem medo e os consumidores possam comprar com confiança.*



### 13. INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO URBANO

*A digitalização do comércio trouxe novas questões a processos que pareciam dominados pelos empresários. O comércio físico integrado ao comércio eletrônico, o armazenamento, o controle de estoque e a velocidade de entrega de produtos passaram a ser revisitados sob outra perspectiva, e demandas por conectividade, serviços de estocagem, novas soluções logísticas e ampliação de redes móveis tornaram-se cruciais para o Comércio e os Serviços. A UNECS reconhece que, nos últimos anos, ocorreu o maior volume de concessões de infraestrutura da história do Brasil, com a realização de leilões federais de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.*

*Reconhece, ainda, a redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS sobre operações relacionadas a projetos de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, prevista na nova reforma tributária, e a retomada do Conselho das Cidades (ConCidades), vinculado ao Ministério das Cidades, no qual foi eleita, pela primeira vez, como membro para propor, acompanhar e avaliar diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), incluindo habitação, saneamento e mobilidade. Diante desse cenário, a UNECS entende ser necessário um esforço de investimento em infraestrutura, logística e desenvolvimento urbano no país.*

- **Investimento prioritário na malha viária:** destinar recursos à melhoria, à manutenção e à ampliação de rodovias e vias urbanas, com foco na redução de buracos, na fluidez do trânsito e na segurança.
- **Desenvolvimento do transporte multimodal:** investir na expansão e na modernização de ferrovias, hidrovias e aeroportos regionais, reduzindo a dependência rodoviária e oferecendo alternativas mais eficientes, sustentáveis e econômicas para o transporte de pessoas e cargas, especialmente em regiões mais remotas e distantes dos grandes centros.
- **Ampliação e qualificação da conectividade digital:** expandir a infraestrutura de internet de alta velocidade (incluindo 5G) e garantir sua qualidade em todas as localidades, essencial à digitalização do varejo e à gestão logística.
- **Inovação em logística urbana:** fomentar soluções e a criação de centros de distribuição inteligentes e hubs de coleta/devolução, para otimizar e reduzir os custos da “última milha” — etapa final da cadeia logística, na qual o produto sai de um centro de distribuição ou loja e é entregue diretamente ao cliente final.
- **Revisão da carga tributária sobre combustíveis:** implementar políticas que reduzam os custos operacionais do transporte.
- **Melhoria da qualidade da energia elétrica:** investir na infraestrutura de energia para garantir fornecimento estável e de qualidade, evitando interrupções que afetem a operação dos negócios — insumo crítico para o varejo digital.
- Fomento a políticas públicas de revitalização dos centros urbanos, turísticos e históricos que promovam a circulação segura de pessoas, a preservação do patrimônio histórico e cultural e o

estímulo ao comércio e ao turismo local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das cidades brasileiras.

- Apoio a Políticas Públicas e a Parcerias Público-Privadas de melhoria da mobilidade, incentivando a participação de lideranças do varejo local em iniciativas, fóruns e conselhos que aprimorem o fluxo de pessoas e veículos nas cidades.

*Infraestrutura e logística modernas, eficientes e de baixo custo são pré-requisitos para um varejo competitivo e para um Brasil que se insira de forma proativa na economia digital global. Investimentos são necessários, assim como a implementação de políticas que transformem o país e garantam que os fluxos de pessoas e mercadorias sejam tão ágeis quanto as demandas dos consumidores.*

#### **14. DIGITALIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO**

*A UNECS reconhece os avanços na digitalização dos serviços públicos nos últimos anos com a integração crescente de plataformas federais e estaduais; a adesão significativa e a implementação da Lei nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica – LLE) em âmbito nacional, cujos efeitos, segundo estudos econômicos da CNDL, melhoraram os indicadores socioeconômicos de estados e municípios que a implementaram.*

*Além disso; o uso ampliado da RedeSim para abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas de forma simplificada; o alcance de metas de redução do tempo de abertura de empresas, apoiado por iniciativas legislativas como a inclusão do eixo “Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva” no Plano Plurianual federal (2024-2027); e a evolução do Mapa de Empresas do Brasil, com informações mais completas e georreferenciadas dos negócios no país. Aumentar a produtividade e desburocratizar os serviços da administração pública deve ser meta permanente. Assim, sugerimos as seguintes medidas:*

- A digitalização deve ser acompanhada de uma revisão profunda e de simplificação das regras e padronização de procedimentos que geram complexidade, retrabalho e consumo excessivo de tempo e recursos. Menos burocracia significa mais tempo para o negócio.
- Centralização e integração de serviços públicos digitais em um portal único: transformar o Gov.br em um verdadeiro “hub empresarial”, reunindo abertura, alteração, licenciamento, emissão de certidões, cumprimento de obrigações fiscais, baixa de empresas e obtenção de licenças e alvarás, tornando esses atos menos onerosos em tempo e custo.
- Garantir a integração interfederativa (entre União, Estados e Municípios) para eliminar redundâncias e a exigência de múltiplos cadastros e documentos.
- Prazos mais curtos, aprovações tácitas e agilidade no atendimento, com metas claras para a redução e o cumprimento dos prazos de resposta e aprovação em todos os serviços governamentais.



- Orientação e capacitação sobre processos digitais, com programas que habilitem os empresários a utilizar as ferramentas digitais do governo de forma eficaz, priorizando a orientação em vez de fiscalização.

*Um Estado digitalizado e desburocratizado não é um favor, mas uma obrigação. Ao abraçar essa agenda de forma consistente e inteligente, o poder público não apenas facilita a vida de milhões de empreendedores, mas também impulsiona a produtividade, a formalização e o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil.*



**Leonardo Miguel Severini**

Presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços  
(UNECS)